



PARECER JURÍDICO N.º 1677/2021-PGM

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12769/2021

INTERESSADO: COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO – CCL E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE.

OBJETO: LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS, ANÁLISE. MINUTA DO EDITAL. REGULARIDADE.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de exame Prévio da Minuta e contrato de licitação, na modalidade Tomada de Preços, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de perfuração de poço artesiano tubular, no Estádio Pedro Maranhão, localizado na rua Medeiros Neto, s/n, Açailândia/MA, de interesse da Secretaria Municipal de Esporte e, em cumprimento ao disposto no art. 38 da Lei 8.666/1993, a matéria é trazida à apreciação jurídica, para emissão de parecer.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Pois bem. De início, assinalo que o presente parecer não se restringirá ao exame exclusivo da minuta, mas também dos atos do procedimento licitatório realizados até então. Ocorre que o ato convocatório se caracteriza como uma das peças do processo, com atos anteriores que funcionam como condições necessárias à sua elaboração, sendo infrutífero analisá-lo como se fosse uma peça autônoma, apta a produzir efeitos por si só.

O exame prévio da minuta tem índole jurídico-formal e consiste, via de regra, em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório, os seguintes elementos:

- a) ofício do órgão solicitante, numeração e autuação;
- b) justificativa da contratação;
- c) Projeto Básico, devidamente autorizado pelas autoridades competentes, contendo o objeto, e elaboração de acordo com a média dos preços de mercado constantes do mapa de apuração, deveres do contratado e contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento; prazo de execução e garantia e sanções pelo inadimplemento;
- d) indicação dos recursos orçamentários para cobrir as despesas;

117



**ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA
PROCURADORIA-GERAL**

- e) ato de designação da comissão;
- f) minuta do edital;
- g) se preâmbulo da minuta contém o nome das repartições interessadas e de seus setores;
- h) preâmbulo da minuta indicando a modalidade e o tipo da licitação, bem como o regime de execução.
- i) preâmbulo da minuta mencionando que a licitação será regida pela legislação pertinente;
- j) indicação do objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- l) indicação do prazo e as condições para a assinatura dos contratos ou retirada dos instrumentos;
- m) indicação do prazo para execução dos contratos ou entrega do objeto;
- n) indicação das sanções para o caso de inadimplemento;
- o) indicação das condições para participação da licitação;
- p) indicação da forma de apresentação das propostas;
- q) indicação do critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; indicação dos locais, horários e códigos de acesso para fornecimento de informações sobre a licitação aos interessados;

No que diz respeito à minuta contratual, incumbe ao parecerista pesquisar a conformidade dos seguintes itens:

- a) condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, estabelecidas com clareza e precisão;
- b) registro das cláusulas necessárias:
 - I - o objeto e seus elementos característicos;
 - II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
 - III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
 - IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
 - V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
 - VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
 - VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;



118

**ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA
PROCURADORIA-GERAL**

- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - a vinculação à minuta de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XI - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XII - cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 da Lei n. 8.666/93;
- XV - A duração dos contratos adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57 da Lei n. 8.666/93.

Caso não sejam atendidos os requisitos acima mencionados, o processo retorna à Comissão Central de Licitação – CCL para corrigir as não-conformidades, retornando a esta Procuradoria quando as exigências legais forem integralmente cumpridas. Havendo descumprimento de condições de menor relevância, o parecer de aprovação será condicional à correção/preenchimento dos elementos apontados como insuficientes.

Neste diapasão, a legislação exige que na fase interna dos procedimentos licitatórios sejam elaborados, conforme o caso, o projeto básico e o projeto executivo. O projeto executivo é exigido quando da contratação de obras ou serviços de engenharia.

O projeto básico, por sua vez, é obrigatório em todas as licitações. Trata-se de documento que reúna os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço. Nas modalidades de licitação definidas pela Lei nº 8.666/93, tem sido usual o próprio termo de requisição de licitação conter os elementos do projeto básico.

In casu, portanto, os autos estão acompanhados da documentação referida, notadamente o projeto básico, contendo, assim, os elementos mínimos necessários à promoção e continuidade do certame, havendo uma suficiente descrição e orçamento prévio do que se pretende contratar. Feitas tais conside-

119



**ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA
PROCURADORIA-GERAL**

rações e compulsando o processo, verifica-se, assim, a conformidade do procedimento às normas aplicáveis à espécie, bem como das minutas editalícia e contratual, que ora repousam nos autos.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, verifica-se a legalidade dos atos procedimentais e a correção das minutas do edital e do contrato administrativo, pelo que, OPINA-SE, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, pela aprovação de ambos os instrumentos, possibilitando a continuidade do certame, nos termos da fundamentação acima.

É o parecer, s.m.j.

Açailândia, MA em 23 de setembro de 2021.

CARLOS MAGNO BRITO MARCHÃO DOS SANTOS

Assessor Jurídico Municipal
Portaria n.º 037/2021-GAB
OAB/MA 8.341